

SUMÁRIO

Agradecimentos	7
Apresentação	9
Prefácio	11
Introdução	21
1. A prova pericial no processo penal	25
1.1. Conceito de prova pericial	25
1.2. Fonte de prova pericial	28
1.3. Meio de prova pericial	33
1.3.1. Tipicidade processual do meio de prova pericial	36
1.3.2. Contraditório no meio de prova pericial	43
1.3.2.1. Perícias renováveis	46
1.3.2.2. Perícias não renováveis	53
1.4. Elemento de prova pericial	59
1.5. Resultado da prova pericial	65
2. Cadeia de custódia da prova no processo penal	71
2.1. Relação entre processo penal, verdade, epistemologia e direitos fundamentais	72
2.2. Conceito de cadeia de custódia do elemento e da fonte de prova	79
2.2.1. Interpretação lógico-sistêmática extensiva do conceito de cadeia de custódia previsto no Código de Processo Penal	84
2.3. Pressupostos da cadeia de custódia	88
2.4. Finalidade da cadeia de custódia	92
2.4.1. Requisito da identidade	97

2.4.2. Requisito da integralidade.....	101
2.4.3. Conclusão sobre a finalidade de autenticação da prova.....	106
2.5. As fases do procedimento de manutenção da cadeia de custódia.....	109
2.5.1. Preservação do local, reconhecimento, fixação e coleta da fonte de prova.....	111
2.5.2. Acondicionamento e etiquetagem.....	114
2.5.3. Transporte.....	117
2.5.4. Recebimento e armazenamento.....	119
2.5.5. Processamento e descarte	122
2.6. Ônus de manter os registros da cadeia de custódia.....	125
2.7. Limites da cadeia de custódia.....	133
3. Consequências da quebra da cadeia de custódia.....	137
3.1. Verificação da admissibilidade do elemento ou fonte de prova obtido com falha na manutenção da cadeia de custódia	138
3.1.1. Critérios lógicos de admissão da prova.....	141
3.1.1.1. A relação entre os critérios lógicos de admissão da prova e a quebra na cadeia de custódia	148
3.1.1.2. Regime de inclusão no sistema de admissão da prova.....	153
3.2. Os critérios de proibição ou exclusão da prova	156
3.2.1. <i>Exclusionary rules</i>	161
3.2.2. As proibições de prova	169
3.2.3. Comparação entre os sistemas de exclusão da prova nos sistemas da <i>common law</i> norte-americano e nos sistemas europeus-continentais.....	179
3.2.4. Implicação da quebra da cadeia de custódia nas regras de exclusão das provas	182
3.2.4.1. Falta de informações essenciais ao exercício do contraditório	183
3.2.4.2. Falta de informações necessárias para relacionar a prova à preservação de direitos fundamentais quando houver proibição ou limitação à atividade probatória	193
3.3. Valoração	198

4.	Cadeia de custódia na perícia de identificação por dna	205
4.1.	Perícia de identificação por DNA para fins penais	207
4.1.1.	Introdução às questões genéticas e matemáticas relacionadas ao exame de identificação por DNA.....	207
4.1.2.	Procedimento de identificação por polimorfismos STR (<i>short tandem repeats</i> ou repetições curtas consecutivas ou microsatélites).....	212
4.1.2.1.	A técnica de RFLP (<i>restriction fragment length polymorphism</i>)	213
4.1.2.2.	A técnica de PCR (<i>polymerase chain reaction</i> ou reação em cadeia polimerase)	217
4.1.3.	Identificação pelo método SNPs (<i>single nucleotide polymorphism</i>)	224
4.2.	Cadeia de custódia da fonte e do elemento de prova na perícia de identificação por DNA	227
4.2.1.	Fonte de prova: pontos de atenção para proteção contra contaminação, inibição, degradação e troca	229
4.2.1.1.	Preservação do local	232
4.2.1.2.	Coleta de material genético	236
4.2.1.3.	Acondicionamento, etiquetagem e fixação	241
4.2.1.4.	Transporte, recebimento e armazenamento	244
4.2.1.5.	Outros cuidados a serem adotados no laboratório e ao longo de todo o caminho da fonte de prova	246
4.2.2.	Elemento de prova: pontos de atenção para a proteção do seu conteúdo contra alterações causadas pela técnica utilizada no processamento	248
4.2.2.1.	Segue: o problema da análise do resultado do exame	257
4.3.	Consequências da quebra da cadeia de custódia na perícia de identificação por DNA	263
4.3.1.	Inadmissibilidade em decorrência da irrelevância e impertinência da fonte de prova	263
4.3.2.	Inadmissibilidade em decorrência da irrelevância e impertinência do elemento de prova	271

4.3.3. Exclusão da prova por falta de informações essenciais ao exercício do contraditório	274
4.3.4. Exclusão da prova pela falta de informações necessárias para relacionar a prova à preservação de direitos fundamentais quando houver proibição ou limitação à atividade probatória	283
4.3.5. Valoração	285
Conclusão.....	291
Referências bibliográficas	297